

Brasília-DF, 23 de janeiro de 2026



DIEESE: negociações salariais garantiram ganhos reais em 2025

Os dados sobre negociações salariais de 2025 mostram que 77,7% dos reajustes superaram a inflação. Descubra mais.



Negociações salariais obtiveram ganhos reais em 2025.

Levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) mostra que 77,7% das negociações coletivas realizadas em 2025 resultaram em reajustes salariais acima da inflação, medida pelo INPC. O dado consta do boletim De Olho nas Negociações, número 64, divulgado em janeiro de 2026.

A análise preliminar considera 21.510 reajustes

salariais registrados no sistema Mediador, do Ministério do Trabalho e Emprego, até 12 de janeiro deste ano — cerca de 80% do total esperado para 2025. Segundo o estudo, 14,1% das negociações tiveram reajustes equivalentes à inflação, enquanto apenas 8,2% ficaram abaixo da variação dos preços.

Apesar de indicar uma leve piora em relação a 2024, quando os ganhos reais foram mais expressivos, o DIEESE avalia que o resultado de 2025 mantém um padrão favorável às negociações coletivas, observado desde 2023, após um período de perdas reais entre 2020 e 2022.

Ganho real médio e inflação

A variação real média dos reajustes em 2025 foi de 0,87% acima do INPC, inferior aos 1,25% registrados em 2024, mas ainda positiva. O boletim aponta forte relação entre o comportamento da inflação e os resultados das negociações. Para janeiro de 2026, por exemplo, o reajuste necessário segundo o INPC é de 3,9%, o menor patamar desde setembro de 2024.

Parcelamento e escalonamento em queda

Outro destaque do estudo é a baixa incidência de reajustes parcelados e escalonados. Em 2025, apenas 1,7% das negociações tiveram reajustes parcelados, enquanto 15,7% adotaram reajustes escalonados — o menor percentual desde 2021. Para o DIEESE, os dados indicam maior previsibilidade e menor fragmentação nos acordos firmados.

Indústria, comércio e serviços lideram ganhos

Na análise por setor, indústria e comércio foram os segmentos com maior proporção de ganhos reais, com cerca de 80% das negociações acima da inflação, seguidos de perto pelo setor de serviços. O setor rural, por outro lado, apresentou desempenho mais frágil, com ganhos reais em 69,4% dos casos e perdas em quase 20% das negociações.

Sul e Sudeste se destacam regionalmente

Regionalmente, Sul e Sudeste lideraram os resultados, com mais de 80% das negociações garantindo ganhos reais. O Sul foi a região com o menor percentual de reajustes abaixo da inflação (3,4%). Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os ganhos reais ocorreram em cerca de 68% das negociações.

Pisos salariais

O piso salarial médio nacional negociado em 2025 foi de R\$ 1.863, enquanto o piso mediano ficou em R\$ 1.739. O maior piso médio foi observado no setor de serviços, e os maiores valores regionais foram registrados no Sul, tanto para piso médio quanto para o mediano.

Para o DIEESE, os dados reforçam a importância da

Brasília-DF, 23 de janeiro de 2026

negociação coletiva como instrumento central de recomposição do poder de compra e de defesa dos direitos da classe trabalhadora, especialmente em um cenário econômico ainda marcado por desafios.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Indústria têxtil e de confecção avança em 2025



A indústria têxtil e de confecção encerrou 2025 com sinais positivos, porém em desaceleração. O ano combinou crescimento da produção, geração líquida de empregos e contribuição relevante para o controle da inflação por parte da indústria, em um ambiente marcado por juros elevados, forte concorrência externa e elevada incerteza global.

“Mesmo diante de um cenário econômico desafiador, o setor conseguiu avançar. Chegamos a 2026 com ritmo menor que começamos 2025, cercados de desafios estruturais importantes, sobretudo, relacionados à competitividade e ao comércio internacional”, avalia Fernando Valente Pimentel, diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção (Abit).

Os dados consolidados de 2025 mostram aumento de 6,8% na produção têxtil e avanço muito contido, de 0,7%, na confecção, na comparação entre janeiro e novembro frente ao mesmo período do ano anterior. No varejo de vestuário, as vendas cresceram 2% no acumulado do ano, refletindo a recuperação gradual do poder de compra das famílias e um ambiente inflacionário mais benigno.

O mercado de trabalho acompanhou essa trajetória. Entre janeiro e novembro de 2025, o setor têxtil e de confecção criou 21,9 mil postos formais de trabalho.

Desde o início do Plano Real, o vestuário contribuiu para o controle da inflação. “Enquanto itens essenciais como habitação, alimentação e transportes

pressionaram o orçamento das famílias, o vestuário ajudou a conter a inflação geral. Isso reforça o papel do setor como amortecedor de preços para o consumidor”, observa Pimentel.

Matéria completa: <https://www.abit.org.br/noticias/industria-textil-e-de-confeccao-avanca-em-2025>

Fonte: Abit

MTE discute relações de trabalho no setor de papel e celulose com representantes da UNI Américas

Reunião abordou os impactos da internacionalização da indústria e a importância do diálogo social e da negociação coletiva



Foto: Matheus Itacaramby / MTE

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, se reuniu nesta terça-feira (20), em Brasília, com representantes da UNI Américas e de sindicatos de trabalhadores do setor de papel e celulose. Na reunião, foram discutidos temas relacionados às condições de trabalho e ao relacionamento entre trabalhadores e empresas do setor. O Brasil é um dos maiores produtores de celulose do mundo e está entre os dez maiores produtores de papel.

Durante o encontro, foram discutidos os impactos da internacionalização da indústria de papel e celulose, que levou à criação de grandes empresas multinacionais atuando em vários países. Apesar de esse crescimento ter fortalecido a importância econômica do setor, ele também trouxe desafios para a negociação coletiva e para a gestão de questões sociais, ambientais e trabalhistas.

O ministro destacou a importância do diálogo entre empresas e trabalhadores, assim como da articulação internacional, para fortalecer os canais de comunicação, especialmente em empresas brasileiras que atuam no exterior. Segundo ele, o diálogo ajuda a

Brasília-DF, 23 de janeiro de 2026

aumentar a transparência, reduzir conflitos e construir soluções mais sustentáveis.

O vice-presidente regional da UNI Américas, Iduigues Ferreira, destacou a importância de ampliar os espaços de diálogo, especialmente em momentos de mudanças na organização do trabalho. Também participaram da reunião o secretário regional da UNI Américas, Márcio Monzane; o presidente do Sindicato Nacional dos Papeleiros, Marco Antônio Alves; e o secretário-geral do Sindicato Nacional dos Papeleiros e presidente do Sindicato de Mogi das Cruzes, Márcio de Paula Cruz. Estiveram presentes ainda o secretário de Relações do Trabalho, Marcos Perito, e o secretário de Inspeção do Trabalho, Felipe Brandão.

Fonte: MTE

Queda na cesta não assegura estabilidade



O preço dos alimentos faz parte das preocupações centrais do governo. Primeiro, a fim de garantir alimentação adequada ao máximo de brasileiros. Segundo, buscando manter sob controle os preços dos gêneros, para evitar picos inflacionários. De acordo com a Conab, os preços nas Capitais fecharam em queda no segundo semestre do ano passado.

Durante 2025, afora fatores climáticos, houve a imposição, por Donald Trump, da tarifa de 40% nos preços de vários produtos da nossa pauta de exportação. Além do impacto nas compras e vendas, a tarifa trouxe instabilidade.

Para Patrícia Lino, coordenadora de pesquisa da cesta básica (com 13 itens) pelo Dieese, a reação do governo foi ágil, aperfeiçoando programas já existentes e lançando mão de outros recursos, inclusive importação de alguns produtos.

Na sua análise, a questão preço dos alimentos ganhou

novas variáveis, "até porque não se sabe exatamente como o governo Trump manejará a imposição de tarifas a outros produtos que os EUA importam de diversos países".

Essa guerra tarifária tem desdobramentos. Agora, frente ao risco de invasão da Groenlândia pelos Estados Unidos, a Europa acaba arrastada para o centro da crise.

Chuvas – O excesso de chuva, especialmente no Rio Grande do Sul, elevou o preço do arroz, levando o governo a importar o produto básico na cesta brasileira, como também lançando mão de estoque regulador, para este e outros gêneros.

Patrícia considera correta a projeção quanto a um novo recorde na produção agropecuária nacional. "Em tese, os preços não vão subir, o que beneficia os setores mais pobres", ela acredita, fazendo a ressalva de que tem muita imprevisibilidade nesse campo. "Nossos técnicos são cautelosos nas previsões", afirma.

1938 – A lei que estabeleceu as condições da cesta básica é de 1938. Patrícia Lino diz: "Começaremos a pesquisar outros produtos". Os locais hoje pesquisados são mercados, padarias, feiras e açougues. Para a pesquisa da cesta básica mensal, o Dieese dispõe de um técnico por Estado. Menos em São Paulo, que, pela dimensão, requer mais pesquisadores.

Fonte: Agência Sindical

Justiça Federal suspende efeitos da regulamentação do novo PAT

Decisão liminar do TRF-3 suspende decreto de modernização do Vale Alimentação e Vale Refeição.



Decreto foi suspenso após operadora afirmar que prazo de implementação era inexecutável. Freepik

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) suspendeu os efeitos do decreto do presidente Lula

Brasília-DF, 23 de janeiro de 2026

que regulamenta a implementação das novas regras do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). No entendimento do juiz federal Maurilio Freitas Maia de Queiroz, os prazos contidos na norma colocam em risco a atividade das empresas de operação do Vale Alimentação e Vale Refeição.

A decisão liminar foi proferida a pedido da empresa Ticket Serviços S.A. em face da União. Segundo a companhia, os requisitos de operação do novo PAT, como interoperabilidade plena em todas as máquinas de cartão, obrigatoriedade de arranjo aberto para grandes empresas, limitação de taxas, redução de prazos de liquidação e proibição de exclusividade não são possíveis de implementar dentro do prazo definido no decreto, definido para o dia 10 de fevereiro. Essa dificuldade poderia colocar as operadoras sob risco de sanções indevidas.

O magistrado reconhece em sua decisão que, no mérito, o novo PAT é benéfico à população. "A ampliação da liberdade do trabalhador para utilizar o valor do auxílio em diversos estabelecimentos alimentares, inclusive não previamente conveniados, revela-se harmônica quando analisada à luz da finalidade do Programa", pontuou.

Por outro lado, considera que a regulamentação extrapolou os limites legais da edição de decretos. "Ao tratarem de limites de taxas, prazos de liquidação financeira e interoperabilidade obrigatória, aparentam ir além da mera organização administrativa do programa, alcançando aspectos estruturais do mercado de benefícios. (...) Não se identifica, ao menos em juízo de legalidade estrita, autorização legislativa clara e específica para a imposição dessas obrigações por meio exclusivo de decreto".

O juiz pondera que, por se tratar de uma política pública complexa, pode-se presumir que certas competências são atribuídas de forma implícita ao governo. Essa interpretação, porém, exige cautela diante do impacto elevado. "Assim, considerando a plausibilidade da tese autoral e o risco de dano iminente, há elementos mínimos para o deferimento do pleito em sede de cognição sumária até que mais elementos sejam colhidos sob o manto do contraditório e ampla defesa", argumentou.

A suspensão permanecerá vigente até a conclusão do julgamento.

[Veja a íntegra da decisão.](#)

Fonte: Congresso em Foco

A hora certa; opinião de João Guilherme



O movimento sindical brasileiro tem, em 2026, um encontro marcado com a política partidária durante as campanhas e eleições gerais de outubro. Nelas o Brasil vai decidir seu futuro imediato com as escolhas do presidente da República, dos governadores de Estados, dos deputados estaduais e federais e dos senadores. Ele participará a seu modo desse grande acontecimento.

É praxe constitucional que o sindicalismo não tenha a postura político-partidária. Mas, levando-se em conta a polarização já existente e as disputas reais, torna-se necessário que os dirigentes sindicais de todas as entidades tomem posição e orientem seus associados e representados sobre o que está em jogo e como devem votar.

Em jogo estará a democracia e o aprofundamento de suas potencialidades, estará em jogo a soberania nacional com rechaço de qualquer intervenção estrangeira, estarão em jogo os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e as boas escolhas eleitorais.

Embora, como é natural, as várias campanhas se articulem em torno das eleições para presidente da República, as escolhas não se limitam a isto. Serão importantes as eleições para o Senado e para a Câmara Federal, buscando modificar favoravelmente aos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras a correlação de forças nestas instancias.

Para que o movimento sindical e seus dirigentes possam ter um papel relevante nas eleições de outubro é preciso, desde já, que exerçam seu papel em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras, nas campanhas salariais e nas pautas que estejam em discussão, como a redução da jornada sem redução de salário e o fim da escala 6x1.

É preciso fazer sindicalismo sempre e fazê-lo bem, para poder fazer política na hora certa.

João Guilherme Varg Netto é consultor sindical

Fonte: Rádio Peão Brasil